

**PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA E OS CAIADOS:
Silêncio, Esquecimentos e Boatos ...**

MARILENA JULIMAR AP. FERNANDES^{1*}

A proposta deste texto é refletir, a partir dos conceitos de *esquecimento*, *silêncio* e *boatos*, como se deu a construção das imagens em torno de Pedro Ludovico Teixeira e da família Caiado em Goiás e como essas imagens foram utilizadas pela imprensa nos anos que se seguiram a chamada “Revolução de Trinta.” Para essa discussão será utilizada além da obra *Memórias* (1973) de Pedro Ludovico, impressos diversos do respectivo período.

Inicia-se, então, discutindo a questão do esquecimento com Jacy Seixas (2000) enfatizando que “é impossível evitar um ponto polêmico: a indissociabilidade entre memória e esquecimento”. (p. 53). Segundo a autora, o esquecimento pelo prisma do historiográfico é enfocado como a negação da memória, nesse contexto, a função da História é *afugentar o esquecimento*. Para Seixas, o esquecimento forma par com a memória, ou seja, estão lado a lado e não podem ser separados. Existe uma relação necessária, desejável entre memória e esquecimento, pois ambos são indispensáveis à História. Ao contrário de entender o esquecimento como uma falha de memória, a autora afirma que a memória *nasce do esquecimento*.

Para a autora, o papel mais importante do esquecimento “é o de impedir a interpenetração e confusão dos estados de consciência, de preservar todos os momentos do passado [...] É precisamente o esquecimento (involuntário) que tornara possíveis as ressurreições de memória, o acesso a verdadeira memória”. (p. 63). Lembrar e esquecer são atividades que não dizem respeito só ao passado/presente/futuro, pois recordar não é ressuscitar o passado tal como se ele se deu, mas reconstruí-lo. Se for assim, a reconstrução está intrinsecamente ligada ao momento presente e ao desejo/expectativa de futuro.

Com intuito de compreender esses silêncios ou “esquecimentos” implícitos na obra de Pedro Ludovico Teixeira e apropriados por diversos jornais, recorreremos a outras fontes, contudo, não encontra-se muitos trabalhos que pudessem nos ajudar na

* Doutoranda em História/UFG e professora da UEG/UnU de Pires do Rio.

desconstrução dessa memória, uma vez, que grande parte dos estudos utilizam a obra *Memórias* como fonte e se apropriam das memórias do autor. Apenas três trabalhos foram encontrados: o de Joaquim Rosa, o de Mírian Bianca Amaral Ribeiro e da professora Lena Castelo Branco de Freitas, além de jornais como o Democrata, por exemplo.

Lembrando que o homem público tem o seu valor intimamente ligado aos problemas sociais e políticos da época em que viveu e que a memória é seletiva, Pedro Ludovico contou seus feitos heróicos, usou e abusou do “direito de omissão de verdades”, de silêncio, esquecimento e não saiu de suas atitudes ousadas. Portanto, precisa-se de uma análise de sua obra, contrapondo a outras memórias, para uma melhor compreensão de seu papel enquanto político íntegro, honesto e *que tudo fez pelo bem do Estado de Goiás*, já que no decorrer da obra essa postura é diversas vezes reafirmada.

Recorre-se, então, a narrativa de Joaquim Rosa (1974) que percorreu um caminho inverso da autobiografia apresentada por Pedro Ludovico, em sua obra *Memórias*, e apropriada por parte da historiografia goiana. Enquanto essa historiografia utilizou a obra de Pedro Ludovico como fonte, Rosa faz suas análises a partir de sua própria vivência durante a “Revolução de Trinta” em Goiás, uma vez que, naquele período exercia a função de editor chefe de um dos principais jornais do Estado de Goiás: *O Ypameri*.

Ao contrário da obra de Pedro Ludovico que apresenta um homem “fora do comum”, íntegro, honesto, que se deixava levar pelas paixões políticas e pelo desejo de fazer o Estado de Goiás crescer, progredir, Rosa (1974) nos apresenta um homem esperto, incoerente que, no final dos anos vinte, e, particularmente, em 1930, tanto criticou as práticas políticas violentas dos Caiado, logo após assumir a Interventoria do Estado repetia as mesmas atitudes. Segundo Rosa, Ludovico soube utilizar-se dos meios “obscuros” empregados pelos seus antecessores como estratégia política, buscando manter seu poder por meio da violência, da censura, do silenciamento dos adversários, da perseguição administrativa. Essas afirmações de Rosa contrapõem-se ao que o próprio Ludovico afirma, pois ele dizia considerar o pós-trinta uma fase de ruptura, de tempos “novos”.

Na obra *Memória* Pedro Ludovico reafirma, em diversos momentos, a imagem da ruptura com o passado – antes de trinta – visto por ele como um tempo de todos os *agravos, dos conchavos políticos, do atraso*. O pós trinta como um *tempo novo, o tempo de ordem, do progresso, da moralização política*. Contrapondo essa idéia de ruptura, Rosa (1974) apresenta uma continuidade nas práticas políticas ressaltando que:

A revolução de trinta arquivou o Caiado, mas o caiadismo como fenômeno político, conjunto de práticas que o tempo havia amadurecido, esse continuou. Com outro apelido. [...] O pronunciamento de trinta limitou-se em Goiás, a substituir um coronel de igual graduação, doutores os dois, com diploma e resto. Antônio Ramos Caiado, depois Pedro Ludovico Teixeira. Foram líderes de dimensões quase idênticas. [...] Caiado montou sua máquina política na cúpula da oligarquia que desenfreado nepotismo fomentou. Ludovico seguiu também aqui os ensinamentos do antigo pajé contra o qual tanto lutara. [...] Novos e velhos políticos se assemelhavam em tudo. [...] Farinha do mesmo saco, torrada no calor dos interesses e paixões. [...] Aliás, as farinhas políticas de Goiás davam a mesma quantidade de angu. (p. 63-150-158).

A idéia de continuidade é resgatada no jornal *Diário da Manhã*², no artigo *As portas fechadas*, de Batista Custódio – Sessão Política:

[...] O Estado já ultrapassou a fase do obscurantismo cultural para permitir o retorno de um chefe oligarca, Caiado ou Ludovico [...] Enquanto houver um Caiado no governo existirá sempre um Ludovico correspondente na oposição, e vice-versa, transformando o poder num rodízio de mandonismo entre as duas famílias, como se o povo goiano fosse gado que se aparta, marca e tange no curral das eleições. (p. 05).

Ainda contrapondo à idéia de ruptura, Rosa afirma que a política de Pedro Ludovico foi uma continuidade dos “velhos” tempos, violento, agressivo, impertinente. Ao contrário de seus tão decantados princípios suas práticas demonstraram ser completamente contraditórias aos seus discursos. Nesse sentido, Rosa (1974) enfatiza:

Expressões de curso forçado até outubro de 1930: “O Caiado já sabe? Já falou ao Totó? Espere até que o Senador volte do Rio. É capaz de ficar zangado...” Depois de 1930: O Doutor Pedro já sabe? Falou ao Doutor Pedro? Espere que o Doutor Pedro volte do Rio. É capaz de ficar zangado...” A propósito de tudo e a propósito de nada, as mesmas frases obrigatórias até 1930 permaneceram obrigatórias depois do divisor de águas. [...] Caiado montou sua máquina política na cúpula da oligarquia

² 22/06/1985.

que desenfreado nepotismo fomentou. Ludovico seguia também aqui os ensinamentos do antigo pajé contra o qual tanto lutara. (p. 62).

Longe de ser um herói, Ludovico corporificou a imagem de um anti-herói, de alguém que soube arditamente abusar do poder e silenciar seus adversários. Quando Rosa narra o processo de disputa política entre Ludovico e Velasco pelo governo do Estado de Goiás em 1933, essa idéia fica clara:

O interventor fez funcionar a máquina administrativa, policial e judiciária, prodigiosamente bem, contra o adversário. Começou por liquidar de vez com a liberdade de imprensa oposicionista. [...] Funcionários públicos adversários eram degolados sumariamente. [...] Indivíduos demitidos a bem do serviço público seriam posteriormente nomeados desde que formando na banda dos correligionários. Formou-se em torno do palácio de Ludovico tudo que repetia os velhos áulicos de outros tempos. Ludovico tinha revelado algumas qualidades positivas de homem público. Sua serenidade, que causava admiração fora do Estado, perdeu-se na vertigem do fascismo. (p. 148-149).

Sobre as disputas políticas entre Ludovico e os Caiado, o próprio Ludovico em sua última entrevista publicada no jornal *Opção*³ diz que “[...] eu não perseguia os inimigos. Eles mereciam a minha consideração, a não ser quando praticava um desacato, crimes ou outras coisas assim. [...] As histórias de espancamento, perseguições [...] são histórias.” Percebe-se então, que mesmo de forma implícita Ludovico admitia o uso da violência, justificando, é claro a necessidade da mesma.

Rosa, por ser um contemporâneo de Ludovico, utilizou-se, além de suas próprias memórias, de artigos de jornais como *O Ipameri*, *O Popular* e de discursos feitos pelo próprio Pedro Ludovico para contestá-lo e mostrar suas contradições em vários momentos. Vejamos algumas das diversas argumentações utilizadas pelo autor para elucidar as contradições e incoerências políticas de Ludovico. Para demonstrar as incoerências entre os discursos e as práticas de Ludovico, Rosa (1974) resgata um discurso⁴ feito pelo próprio Interventor, criticando a “politicagem” goiana antes de 30:

³ Ano XXVII, nº 1410, 16/07/2002.

⁴ O autor não informa da data em que foi proferido esse discurso por Pedro Ludovico Teixeira.

Sempre surgem os personalismo neste ambiente de lutas pela posse do poder, desencadeando paixões que, em vez de construir, não raro provocam desequilíbrios. Sem se perceber, volta-se aos erros do passado, cujos arranhões ainda não se cicatrizaram na mentalidade das nossas massas, influenciadas por várias décadas de política rateira e de costumes rebarbativos. No subconsciente da maioria dos nossos próceres subsiste a inclinação retrógrada e involuída dos nossos antepassados e dos que recentemente afastamos como imprestáveis como caciques, como “profiteur” dos postos que degradaram. (p. 148).

No livro *Memórias*, Pedro Ludovico Teixeira narra sua vida política ressaltando seu papel de um político influente e respeitado no Estado de Goiás e até mesmo no país. No sentido de reafirmar sua influência política, reconstruiu a imagem do médico como “salvador” ou como aquele capaz de curar as doenças do povo. Joaquim Rosa, ao narrar o processo de disputa política entre Velasco e Ludovico pelo Governo do Estado de Goiás, em 1933, faz uma leitura contrária em relação tanto a imagem de Ludovico como médico, como também, de sua influência política.

A imagem de médico é também utilizada, segundo Freitas (2010) para “qualificar” Brasil Caiado⁵, pois, “pessoas que conheceram Brasil Caiado a ele, se referem como homem de personalidade aberta e generosa, médico humanitário e querido pelo povo de sua terra [...]”. (p. 358). E ainda, segundo a autora Brasil Caiado era retratado como o “protótipo do bom político e bom médico [...] disposto a minorar o sofrimento alheio. Como não cobrava pelos serviços médicos que prestava, os cômodos de sua casa ficava atulhados de presentes.” (p. 358).

Ao narrar sua atividade política no Estado, a partir de 1930, Ludovico optou pela omissão, pelo esquecimento, não falando das práticas violentas. Para se defender de seus opositores e concluir seus projetos, Ludovico utilizava meios “obscuros” como deixa claro Rosa em um texto de seu livro intitulado *Tempo Quente*.

Quando Ludovico percebeu que a onda subia, ameaçando seriamente seus projetos fez o que faria qualquer outro político da mesma naipe (sic). Arregaçou as mangas, quebrou o chapéu na testa e derrubou a madeira no adversário sem dó nem piedade. Engajou na luta todos os meios que dispunha. Lícitos ou não [...] Não podendo vencer pela persuasão, convenceu com a borduna. Ou comprando com dinheiro ou com emprego. Repetiu os que os Caiado fizeram. [...] Ludovico não escapou do quadro por ele mesmo esboçado [...]. (p. 150-196).

⁵ Irmão de Totó Caiado e presidente do Estado de Goiás.

Ainda enfatizando a questão da violência como prática política utilizada por Ludovico, Rosa (1974) faz uso da seguinte nota publicada no jornal *O Popular*⁶ “A luta pela mudança da capital de Goiás, as quedas políticas, tudo está cuidadosamente catalogado, não faltando as violentas polêmicas onde, pode-se dizer, somente escapavam as mães dos polemistas.” (p. 194).

A imagem de Pedro Ludovico como um homem violento aparece também no trabalho de Ribeiro (1996), quando ela ressalta que todos os entrevistados – membros da família Caiado – “foram enfáticos em relatar as perseguições que os familiares viveram sob o governo de Pedro Ludovico. A começar pela total falta de liberdade e expressão”. (p. 165). Em relação à questão da violência, Freitas (2010) enfatiza que:

Durante os anos que antecederam a Revolução de Trinta, a situação política em Goiás agravava-se com a determinação dos oposicionistas do tomar o poder pelas armas. No sudoeste acentua-se o clima de violência; nos jornais oposicionistas, retos descrevem a prática de crueldades inauditas, atribuídas aos governistas. (p. 513).

Ainda, segundo a autora nos anos que sucederam o movimento de 1930 “os políticos depostos foram alvo de denúncias e perseguições. Ainda que Pedro Ludovico as tenha negado enfaticamente [...] documentos e depoimentos corroboram a assertativa.” (p. 545). Sobre a negação das práticas violentas Ludovico em seu último depoimento publicado no jornal *Opção*⁷ fala que: “nunca fui violento. Nunca mandei matar ninguém.”

Por outro lado, Pedro Ludovico e seus aliados omitiam seus atos violentos, utilizavam a imprensa para disseminar, segundo Freitas (2010) “[...] a demonização dos Caiados [...] criando-se um torno da família uma aura de violência e truculência, que atingiu sobretudo [...] Antonio Ramos Caiado, convertido em personificação do político atrasado e truculento [...]” (p. 566).

A autora diz que a partir de sua pesquisa foi possível descobrir que “a residência de Totó Caiado foi invadida [...] queimaram documentos pessoais e do Partido Democrata.” (p. 546). E mais “passado mais de meio século, a documentação foi

⁶ Goiânia, 19-3-1965

⁷ Ano XXVI, nº 1410, 16/04/2002.

localizada no Museu Pedro Ludovico, misturada a papéis do fundador de Goiânia.” (p. 546). É importante lembrar que em pesquisa nesse mesmo museu, muitos documentos desses referidos pela autora, foram encontrados, e o mais curioso é que muitos deles estão queimados. Outra questão intrigante é que em meio a esses documentos foi encontrado um “bilhete” anônimo com os seguintes dizeres:

Senador Caiado. Aviso que o Domingos Velasco e Pedro Ludovico estão com pessoas no Rio para assassiná-lo em sua saída do Senado. Tem havido diversos planos para esse fim. O Senador não foi assassinado que na chegada dos (?) foi por providência, pois estava um aquele dia (?) entre (?) Macedo, Pedro Ludovico e Jarbas Caiado o seu assassinato e do Dr. Brasil⁸.

Quanto aos “boatos” de tentativa de assassinato de Totó Caiado o jornal Voz do Povo⁹, no artigo *O general Eduard Sócrates faz declarações a “O Jornal”*.

[...] a propósito do assassinato que teria sido premeditado conta o Senador Caiado: “Li n’O Jornal, a noticia do simulacro de assassinio do Senador Ramos Caiado [...] E o processo que ocorre para desencadear novos golpes de força contra os seus adversários, hoje constituindo a maioria do povo goiano. Quer empastellar a “Vos do Povo” que lhe não tem dado tréguas [...] Para preparar mais essa maldade [...] inventou uma tentativa de assassinio e o resultado foi o trucidamento do suposto assassinio.

Para entendermos o conceito de “boatos”, tomamos emprestado da “*Análise do Discurso*” a discussão feita por Orlandi (2005). Para a autora:

O boato é um fato da vida social pública, traço do funcionamento coletivo da palavra. Por Seu funcionamento, o boato atesta a não- transparência da linguagem e a não trivialidade da opinião pública, como fato complexo da vida das palavras – das formulações – nas suas relações com o silencio, em um sitio particular de significação, o espaço publico. [...]. O boato faz parte da organização da sociedade. [...]. (p. 132).

O discurso¹⁰ feito pelo Interventor Pedro Ludovico lembra que “segundo a costumeira praxe, que estava em moda de Sul a Norte do País, deputados ridículos e

⁸ Arq. PL I – pasta 04.

⁹ Ano II, nº 37, data não identificada.

¹⁰ Discurso digitado, não datado (1941-1942) encontrado no Arquivo Pedro Ludovico XIV Pasta 23.

mistificadores batiam às portas dos quartéis do Exército para pedirem guarida, dizendo-se vítimas de violências que existiram.”

Percebe-se então que muitos boatos em torno do uso de violência ocorriam de ambos os lados e para a autora “todo boato tem um fundo de verdade. [...] Antes é apenas um burburinho ... Um anúncio: silêncios que significam na incerteza.” (p.134). Nota-se, então que não há fato ou acontecimento histórico que não tenha sentido, que não peça interpretação, que não reclame que se lhe encontrem causas e consequências. Nesse sentido, segundo a autora, “o boato é um fato substantivo da história, fato de sua relação com o silêncio”. (p. 135). Em diferentes fontes pode-se perceber a presença de boatos como lembra Freitas (2010): “[...] mentiras e meias verdades são lembradas por Ramos Caiado [...] como a notícia referente a *habeas corpus* de Pedro Ludovico Teixeira que estaria encarcerado e incomunicável [...] na verdade tinha sido solto [...]” (p. 299).

No caso desses boatos, há um texto, mas a função autor permanece no anonimato. Não há um responsável por esses boatos ou dizeres, mas uma figura fantasmática que toma o lugar de sua responsabilidade. Para Orlandi (2005) “desde que se manifesta um autor socialmente visível o boato não é mais boato e o comentário se torna palavra autor-izada. Por esse mecanismo evita o confronto direto” (p. 137). Pode-se pensar então, outra forma de silêncio, ou seja, o autor permanece no anonimato e o “boato é um estado pleno de silêncio.” (p. 137).

Para Freitas (2010) “no que diz respeito aos Caiado [...] disseminavam-se relatos que não encontravam respaldo nos fatos, acrescentando detalhes imaginosos a visões inverídicas, divulgadas por adversários.” (p. 648). O boato é assim uma etapa de formulação em que as incertezas fazem efeito. A parte voltada ao silêncio é nele ainda mais forte. Para Orlandi (2005) “enquanto formulação [...] ele produz o efeito de separação entre o verdadeiro (o dito) e o falso (não dito)”. (p.137). Pode-se pensar o boato como rumor de indício de um fato “não significado” e de sujeitos que não são identificados enquanto autores do dizer.

Sobre esse assunto o jornal *Opção*¹¹ publica a última entrevista de Pedro Ludovico na qual o entrevistado ressaltava que: “Um dia no palácio recebi uma carta

¹¹ 16/07/2002, ano XXVII, nº 1410. – digital

anônima me ameaçando de morte se eu não desistisse da mudança da capital. A carta dizia que lamentava muito ter que me matar, porque eu era bom filho.”

Segundo Rosa (1974), Totó Caiado recebeu um telegrama na cidade de Goiás afirmando que estava difícil controlar o povo que queria “linchar Pedro Ludovico [...] Segundo a família, Pedro Ludovico tinha consciência de que devia a vida a Totó Caiado, por este haver impedido o linchamento do então acuado e amedrontado Pedro”. (p. 131). Dessa forma, a imagem criada por Ludovico como de um homem corajoso entra em contradição com a narrativa da família Caiado ao caracterizá-lo como medroso e assustado.

Outra autora que também discute a vida política dos Caiado é a professora Lena Castelo Branco de Freitas (2010) que em sua pesquisa a partir de documentos tais como cartas, jornais, entrevistas com a própria família, contradiz as memórias de Pedro Ludovico. Lembrando que, assim como Ludovico, essa família também, “esqueceu” ou omitiu fatos que poderiam “manchar” sua história como políticos que comandaram o Estado de Goiás de 1909 a 1930, pois como nos lembra Seixas (2004) “a memória é ativada visando, de alguma forma, o controle do passado”. (p. 42). Por isso a autora considera que seja mais “legítimo falar de memórias e esquecimentos”. (p. 45).

Para entender os silêncios “impostos” por Ludovico a seus adversários é necessário, antes discutir esse conceito. E para tal recorre-se, mais uma vez, a Orlandi (1995 e 2005). Essa autora discute duas formas de silêncio, sendo a primeira o *Silêncio Fundador* “um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras” (p. 11), ou seja, é o silêncio que existe nas palavras, que as atravessa e que significa o não dito. - A segunda, é a *Política do Silêncio*, neste caso tem-se, segundo a autora (2005) o *Silêncio Constitutivo* e o *Silêncio Local*. O primeiro tipo que nos indica que para dizer é preciso não dizer, em outra palavra “todo dizer apaga necessariamente outras palavras produzindo um silêncio sobre os outros sentidos.” (p. 128). Já o *Silêncio Local, ou Censura*, remete propriamente “a interdição: apagamentos dos sentidos possíveis, mas proibidos, aquilo que é proibido dizer em certa conjuntura.” (p. 128).

Ao analisar as imagens criadas e apropriadas por Ludovico e os Caiados percebe-se as duas formas de silêncio propostas pela autora, ou seja, num momento ocorre um excesso de dizeres para ocultar outros dizeres, como por exemplo, quando

Pedro Ludovico e a maioria dos jornais insistem em enfatizar suas “qualidades” políticas e, por outro lado, nesse excesso de dizeres há o silenciamento de outros dizeres. Isso ocorre, por exemplo, quando os meios de comunicação eram controlados pelo Interventor dificultando a “defesa” dos Caiado. Sobre a censura aos meios de comunicação Câmara (1967) lembra que “logo no início da campanha, os jornais contrários ao governo foram submetidos ao regime de censura.” (p. 112). Freitas (2010) vai além e lembra que “a oposição não tem jornal. O último número de o Democrata circulou em outubro de 1930. [...] Os políticos decaídos esforçavam-se para publicar, fora do Estado, matérias sobre a situação política em Goiás.” (p. 607).

Sobre a questão da censura Orlandi (1995) diz que esta é “a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições.” (p. 107). Nesse sentido o artigo *O Maior Revoltado* de Domingos N. de Velasco do jornal *Voz do Povo*¹² destaca que “[...] em Goyaz, o regime caiadista não admite que alguém proteste contra a opressão [...]” (p. 01). Lembrando que as interdições nos discursos políticos são comuns, mesmo nos períodos não ditatoriais.

Sobre o silenciamento Orlandi (1995) lembra que “essa política do silêncio resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer uma coisa, para não deixar dizer outra. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Esta é sua dimensão política”. (p. 55). Continuando a autora enfatiza que “a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada.” (p. 74).

Pode-se perceber, a partir da análise dos documentos pesquisados, que para o poder ser exercido por Ludovico este era acompanhado de um certo silêncio, ou seja, o “silêncio da opressão”, como nos lembra a autora. Mas, por outro lado, pensa-se também no “silêncio do oprimido”. Enquanto exercia o poder Ludovico procurou silenciar e oprimir os Caiado, mas por outro lado, ao ser cassado e silenciado pela Junta Militar, este também se sentiu oprimido.

Percebe-se o silêncio da opressão quando Freitas (2010) nos lembra que “com a imprensa sobre o controle em Goiás, os adversários e os descontentes com a

¹² Ano IV, nº 140, 28/02/1930.

Revolução não dispunham de canais para expressar críticas, ressentimentos ou reivindicações.” (p. 568). Entende-se então que não apenas aos Caiado eram imposto censura ou silenciamento, mas também a parte da sociedade que não apoiava o movimento, como destaca a autora “por todo o estado de Goiás, dificultava-se a vida dos adversários do novo governo [...]. Em Bela Vista, quem não aderisse à Revolução era privado até de exercer o comércio.” (p. 619). Quanto ao silenciamento do oprimido pode ser percebido na quase ausência de notícias sobre a família Caiado nos jornais a partir dos anos Trinta. Nesse sentido, a autora lembra que “as tipografias eram revistas para evitar qualquer boletim contra o governador ou a mudança da capital.” (p. 217).

No entanto, não dá para pensar a censura sem resistência, pois para Orlandi (1995) a censura trabalha “sobre o conjunto do dizível, de outro, em uma retórica da resistência, há um política do silenciamento que se instala [...] e que significa justamente o que, do dizível, não se pode dizer. Censura e resistência trabalham a mesma região dos sentidos”. (p. 115). Mesmo com a censura imposta, os opositores encontram forma de resistência e publicavam notícias contrárias a Ludovico mesmo sabendo que poderiam sofrer represálias como demonstra o artigo de Luiz Ernesto *Prestes e Gregório Bezerra à frente do movimento comunista em Goiás* publicado no jornal *Tribuna de Imprensa*¹³:

Ao tomar conhecimento dessa reportagem [...] o senhor Ludovico [...] deverá revidar, como de habito, com estas 3 atitudes: 1- Desmentir as informações vinculadas. 2 – processar o jornalista que as escreveu. 3 – Mandar espancar, por 3 ou 4 de sua centena de jagunços este repórter. [...] Os riscos de publicação desse trabalho compensa-se com o direito que tem o povo de saber como vão as coisas em seu Estado. (p. 40).

Outra forma de resistência encontrado pelos Caiado foram as cartas trocadas entre os familiares e partidários políticos como pode-se perceber na carta de Leão Caiado, que foi publicada no *Diário da Manhã*¹⁴: “as coisas de Goyás são conhecidas, aqui, através de falsas informações, com o único propósito de fazer, malevolamente,

¹³ Ano V, nº 940 de 22/01/1953.

¹⁴ 06/01/1931. Fragmento encontrado no arquivo pessoal de Roberta Crosara.

impressão na opinião pública contra a situação política decaída, visando principalmente os irmãos Caiado.”

De acordo com Villart-Neder (2004a) há “um excesso de dizer, sob a forma de uma necessidade de reafirmar um sentido pode ser interpretado como um silenciamento de um espaço polissêmico que emerge e incomoda o sujeito, obrigando-o a tentar evitar outros sentidos”. (p. 134). Nesse aspecto, Freitas (2010) ressalta que “[...] os aliancistas procuravam impedir a comunicação entre os Caiado e seus parentes [...]” (p. 547). Completando esse pensamento a autora diz que “devido à censura imposta pelos governos que se seguiram à Revolução de 1930, Antonio (Totó) Ramos Caiado ficou impedido de divulgar sua versão dos fatos.” (p. 532).

Segundo Pollak (1989), existem nas lembranças zonas de sombra, silêncios, “não ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em constantes deslocamentos. Essa característica de discursos, de silêncios é moldada pela angústia ou medo de se expor a mal-entendidos. Nesse sentido, o discurso revela o compromisso com o que Ludovico pretende deixar velado, ou seja, há um trabalho de seleção dos dados que possibilita explicitar somente o que interessa para a construção da imagem de um político íntegro. Para Kaadi (2000) “a narrativa vitoriosa de Pedro Ludovico se impôs como memória histórica silenciando grande parte de seus opositores políticos.” (p. 87).

Para tanto, Ludovico valendo-se de sua própria narrativa, destaca as imagens que constrói de si mesmo preocupando-se com as imagens que as outras pessoas pudessem ter dele. Os esquecimentos ou silêncios possuem como objetivo ocultar imagens ou fatos que pudessem manchar sua trajetória política. Segundo Freitas (2010):

Pedro Ludovico [...] é um respeitável curriculum oposicionista, é também uma soma de fracassos – sendo o maior deles a frustrada tentativa de [...] invadir o sudoeste goiano e tomar a cidade de Rio Verde. Preso é conduzido [...] a cidade de Goiás, onde a roda da fortuna passa a gerar a seu favor, guindando-o a posição de delegado da Revolução em Goiás. (p. 578).

Ludovico precisava expressar apenas o que pretendia transmitir, sua atividade política precisava tornar significativa para os outros, para tanto, enfatizava certos

aspectos “esquecendo-se” ou silenciando-se outros. Nesse sentido a autora nos lembra que:

À medida que se consolidava o governo recém instalado, atenção maior era dispensada a releitura do passado, com vistas a História como instrumento de legitimação do regime; desigual modo, intensificava-se a propaganda das ações governamentais, a par da sacralização dos novos dirigentes. (p. 600).

Discutindo a questão do silêncio Ramos (2009) diz que “o silêncio não se configura apenas pela falta de palavras, porque é possível falar para não dizer. Isso acontece por meio do silêncio por excesso, quanto tudo o que é dito tem o objetivo de omitir enunciações outras.” (p. 16).

Conforme as circunstâncias, ocorre a necessidade de certas lembranças. Para Villart-Neder (2004b) “um excesso de dizer, sob a forma de uma necessidade de reafirmar um sentido pode ser interpretado como um silenciamento de um espaço polissêmico que emerge e incomoda o sujeito, obrigando-a a tentar evitar outros sentidos.” (p 172) No caso de Pedro Ludovico, que foi cassado pela Junta Militar, a ênfase às suas lembranças são dadas no sentido de reconstruir um passado glorioso. Para o autor mencionado:

As palavras não só apagam silêncios porque se sobrepõem a eles – e estabelecem, assim um silêncio por excesso - mas também silenciam outras palavras pelo mesmo processo de sobreposição (excesso), mas porque cria uma virtualidade em que outras palavras possíveis sobrepõe (excesso ainda) as que não foram ditas (ausência). (p. 173).

Dessa forma, remete ao passado deformando e reiterando o presente. Assim, há uma permanente interação entre o vivido o aprendido, o vivido e o transmitido. Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, marcando bem o lugar em que se inscrevia na história e reafirmar sua posição ou matizá-la.

A memória dos acontecimentos políticos suscita uma palavra presa à situação concreta do sujeito. Consideramo-la para abordar a situação presente de quem está lembrando, visando a compreender melhor a formação de seu ponto de vista. Refletindo sobre a obra de Pedro Ludovico, nesse contexto, verifica-se que a ligação que se forma entre o sujeito (Ludovico) e a sociedade estava marcado pela

“marginalidade” política quase absoluta em que ele se encontrava naquele momento. Pedro Ludovico encontrava-se ausente das decisões políticas durante o Regime Militar, quando comparada à sua presença ostensiva anterior ao Golpe Militar de 64.

Existe um *antes* e um *depois* na memória de Ludovico. Antes de 64, na memória do autor, significou o auge de sua participação e decisão política. Sua lembrança apresenta-se marcada por intensa saudade de um tempo “melhor”, quando era o ator principal da política Goiana. Pós-64 é lembrado como o tempo da hostilidade, da indiferença, o sujeito Ludovico torna-se, para a sociedade política do Estado de Goiás, descartável, substituível.

Apesar dessa idéia ser mencionada na obra, Ramos (2010) diz que “não se pode classificar o silêncio, simplesmente, como o não dito ou implícito, pois muitas vezes, ele se manifesta atravessando palavras, dentro das palavras, indicando que o sentido pode ser outro, ou ainda que o que é mais importante nunca se diz.” (p. 59). O autor continua ainda informando que “é comum o sujeito, sem intenção, dar informações outras, que se encontravam silenciadas, mas que trazem em sua inscrição dados que estavam velados e que são fundamentais para esclarecer o acontecimento em questão”. (p. 39).

Contudo, lembrar e esquecer são atividades que não dizem respeito apenas ao passado, mas que estão ligadas ao passado, presente e futuro, uma vez que recordar não é ressuscitar o passado tal como ele se deu, mas reconstruí-lo. Assim, a reconstrução está intrinsecamente ligada ao momento presente e ao desejo ou expectativa de futuro. No

Conforme ficou evidenciado, valendo-se de vários silêncios, Ludovico, pôde em suas *Memórias*, construir uma trajetória política aparentemente voltada para princípios de integridade e honestidade, visando a reafirmar para a sociedade seu comprometimento com o desenvolvimento do Estado de Goiás, em nenhuma circunstância esquecido. Entretanto, evidenciou-se que, além das mudanças nas práticas políticas, as permanências também fizeram parte de sua história política. Foi possível perceber que as permanências foram, quase sempre, transformadas em silêncios que produziram a ilusão da mudança.

Na tentativa de manter sua integridade política o autor não permitiu que determinadas recordações “manchassem” sua imagem de *herói*, de *homem fora do*

comum, do homem-guia do Estado de Goiás. Por isso reconstruiu o passado, ora ignorando, ora dissimulando os momentos polêmicos que pretendia que fossem esquecidos.

FONTE

Jornais:

Diário da Manhã – 22/06/1985 e 06/01/1931

Opção – ano XXVII. Nº 1410, 16/07/2002

O Popular – 19/03/1965

Voz do Povo – ano II, nº37, data não identificada e ano IV, nº 140, 28/02/1930

Tribuna da Imprensa – ano V, nº 940, 22/01/1953

Diário da Manhã – 06/01/1931

REFERÊNCIAS

BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

CAMARA, Jaime. *Os Tempos de Mudança*. Goiânia: s/ ed. 1967.

FREITAS, Lena Castelo Branco de. *Poder e Paixão: a saga dos Caiado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009. v 1 e 2

KAADI, Mariana de Simone. *Joaquim Rosa: Memória e Política em Goiás (1928 – 1934)* Goiânia: UFG/FH, 2000. Dissertação de Mestrado.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3ª Ed, Campinas - São Paulo: UNICAMP, 1995. (Coleção Repertórios).

POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV v. 2 n. 3, 1989.

RAMOS, Maltér Dias. *O silêncio em Vidas Secas*. Uberlândia: UFU/Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2009. Dissertação de Mestrado

ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás afora....* Goiânia: Cultura Goiana, 1974.

RIBEIRO, Mírian Bianca Amaral. *Memória, família e poder: História de uma permanência política – os Caiado em Goiás*. Goiânia: UFG, 1996. Dissertação de Mestrado. (mimeo).

SEIXAS, Jacy A de. “Os campos (in) elásticos da memória: reflexão sobre a memória histórica”. In: Bresciani, M.S, Magalhães, M.B., Seixas, J.A (org.), *Razão e sentimentos na política*. Brasília: Ed. UNB, 2001.

_____. “Percurso de Memórias em Terras de História: Problemáticas atuais”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas – São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias*. Goiânia: Cultura Goiana, 1973.

VILLARTA-NEDER, Marco Antonio. “Silêncio da Memória X Memória do Silêncio: uma parábola sobre efeito de sentido”. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; BERTLDO, Sérgio Ernesto; MUSSALIN, Fernanda; SANTOS, João Bosco Cabral dos. (orgs.) *Sujeito, Identidade e Memória*. Uberlândia: EDUFU, 2004a.

_____. “Silêncio, livro didático e concepções de Linguagem”. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos. (orgs.) *Análise do Discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entre Meios, 2004b